

# Ativos na agenda



Ivan Leão\*

Desde 1982 a Rio Oil & Gas não recebia presença de um presidente da República, jejum encerrado no evento realizado em outubro. A mensagem foi clara: o país precisa dos investimentos das petroleiras, a Petrobras sozinha não tem recursos financeiros para atuar em todos os projetos de exploração e produção de petróleo.

O conteúdo local está em mudança. O decreto que institui o Programa de Estímulo à Competitividade da Cadeia Produtiva, ao Desenvolvimento e ao Aprimoramento de Fornecedores do Setor de Petróleo e Gás Natural (Pedefor), publicado em janeiro de 2016, muda o conceito de multa para o de incentivo aos fornecedores locais. É criada a Unidade de Conteúdo Local (UCL), equivalente ao valor dos investimentos realizados que poderá ser utilizado para comprovar atendimento aos compromissos de conteúdo local, junto à Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). São precipitadas as manifestações de entrantes no mercado que anunciam com alarido suas opções internacionais.

A grande mudança é que o valor da UCL pode ser utilizado para comprovar conteúdo local em diversos empreendimentos. Haverá avaliação por parte das petroleiras em relação a quais parceiros vão selecionar para o máximo de resultados. Fato que leva a considerar quais serão as empresas com operações locais que podem efetivamente se beneficiar. Qual será a agenda de ativos?

O consórcio de Libra, formado pela Petrobras, Shell, Total, CNOOC e CNPC, tendo a PPSA como representante do governo brasileiro, apresentou na Rio Oil & Gas o caminho à frente. Mostrou preocupação em manter o custo do barril produzido em US\$ 35 dólares e a decisão de ampliar o calibre da tubulação de extração de petróleo para maior produtividade. É agenda dos acionistas, com aval da Petrobras e da PPSA.

É no pedido de licença (*waliver*) para não cumprir o conteúdo local do FPSO que o consórcio de Libra mantém seu foco. É a agenda

dos acionistas. Reduzir o preço do afretamento do FPSO para assegurar margem para eventuais problemas na produção. É um pedido que tem sua lógica. Mas o que oferece em troca?

O Comitê Diretivo do Pedefor apresentou a primeira versão da resolução que orienta as exigências de conteúdo local das rodadas de licitação da ANP programadas para 2017. Áreas unitizáveis, por exemplo, terão obrigações de conteúdo local iguais às vigentes para as áreas adjacentes já concedidas. A isenção de cumprimento de conteúdo local (*waliver*) será objeto de nova resolução.

## Ativos locais

O atendimento aos acionistas das petroleiras já sabemos. Falta esclarecer como vamos manter e expandir empregos nas empresas fornecedoras com operações locais. É uma salada mista onde existem pelo menos três tipos de ativos. O primeiro e o mais complicado é que reúne ativos importantes em empresas em dificuldades: estão neste grupo o Estaleiro Rio Grande (Ecovix-RS), Estaleiro Ilha S/A (Eisa-RJ); canteiro Iesa (RS) e canteiro Tomé-Ferrostal (AL). O segundo grupo reúne empresas com boas condições operacionais e que podem oferecer alternativas de construção local de ativos de produção *offshore*: estão neste grupo o Estaleiros Brasil (EBR-RS), Huisman (SC), Techint (PR), Estaleiro Brasa (RJ), BrasFels (RJ), Enaval (RJ), Dome (formado pela Prumo e GranEnergia-RJ), Estaleiro Atlântico Sul (EAS-PE) e Estaleiro Jurong Aracruz (EJA). O terceiro e último grupo é representado por grandes empresas internacionais, atuando em conjunto que certamente terão grande espaço junto às petroleiras internacionais: estão neste grupo: Technip-FMC; GE-Nov e Cameron-Schlumberger.

Há uma oferta local de capacidade industrial e construtiva, desenvolvida por indução da própria Petrobras e do governo anterior, que precisa ser considerada. ■

\*Diretor da Ivesu Consult